



## PORTUGUÊS

## ENGLISH

### PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

### POWER OF ATTORNEY (AD JUDICIA ET EXTRA)

#### 1. OUTORGANTE

**Opção A – Pessoa física:** [NOME COMPLETO DO OUTORGANTE], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) da cédula de identidade RG nº [00.000.000-0] [órgão expedidor/UF], inscrito(a) no CPF/MF sob o nº [000.000.000-00], endereço eletrônico [e-mail], residente e domiciliado(a) na [logradouro, número, complemento, bairro], [cidade] – [UF], CEP [00000-000].

**Opção B – Pessoa jurídica:** [RAZÃO SOCIAL], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [00.000.000/0000-00], com sede na [logradouro, número, complemento, bairro], [cidade] – [UF], CEP [00000-000], endereço eletrônico [e-mail], neste ato representada, na forma de seu [contrato social/estatuto social], por [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], [cargo], [qualificação completa conforme a Opção A].

#### 1. PRINCIPAL

**Option A – Individual:** [FULL NAME OF PRINCIPAL], [nationality], [marital status], [occupation], holder of Brazilian identity card (RG) no. [00.000.000-0] issued by [issuing authority/State], enrolled with the Brazilian Individual Taxpayer Registry (CPF/MF) under no. [000.000.000-00], e-mail [e-mail], resident and domiciled at [street, number, unit, district], [city] – [State], Postal Code (CEP) [00000-000].

**Option B – Legal entity:** [CORPORATE NAME], a legal entity governed by private law, enrolled with the Brazilian National Registry of Legal Entities (CNPJ/MF) under no. [00.000.000/0000-00], headquartered at [street, number, unit, district], [city] – [State], Postal Code (CEP) [00000-000], e-mail [e-mail], herein represented, pursuant to its [articles of association/bylaws], by [NAME OF LEGAL REPRESENTATIVE], [position], [full identification as in Option A].

#### 2. OUTORGADO(S)

[NOME COMPLETO DO ADVOGADO], advogado(a), inscrito(a) na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de [UF], sob o nº [000.000], com endereço profissional na [logradouro, número, complemento, bairro], [cidade] – [UF], CEP [00000-000], endereço eletrônico [e-mail], telefone [(00) 00000-0000], integrante da sociedade [NOME DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS], inscrita na OAB/[UF] sob o nº [0000] e no CNPJ/MF sob o nº [00.000.000/0000-00], com sede no endereço acima.

#### 2. ATTORNEY(S)-IN-FACT

[FULL NAME OF ATTORNEY], attorney-at-law, admitted to the Brazilian Bar Association (Ordem dos Advogados do Brasil – OAB), [State] Section, under no. [000.000], with professional address at [street, number, unit, district], [city] – [State], Postal Code (CEP) [00000-000], e-mail [e-mail], telephone [+55 (00) 00000-0000], member of the law firm [NAME OF LAW FIRM], registered with OAB/[State] under no. [0000] and with the CNPJ/MF under no. [00.000.000/0000-00], headquartered at the address above.

#### 3. PODERES GERAIS

Pelo presente instrumento, o(a) OUTORGANTE nomeia e constitui o(s) OUTORGADO(S) seu(s) bastante(s) procurador(es), conferindo-lhe(s) os poderes da cláusula ad judicium et extra para o foro em geral, podendo representá-lo(a) em qualquer juízo, instância ou tribunal, bem como perante órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, autarquias, agências reguladoras, cartórios, instituições financeiras, seguradoras e demais pessoas jurídicas de direito público ou privado; propor as ações competentes e defendê-lo(a) nas contrárias, acompanhando-as até decisão final; interpor recursos;

#### 3. GENERAL POWERS

By this instrument, the PRINCIPAL appoints and constitutes the ATTORNEY(S)-IN-FACT as its lawful attorney(s), granting the powers of the ad judicium et extra clause for general legal representation, with authority to represent the PRINCIPAL before any court, instance or tribunal, as well as before bodies and entities of the direct and indirect public administration, government agencies, regulatory agencies, notary and registry offices, financial institutions, insurance companies and other public or private legal entities; to file the appropriate lawsuits and defend the PRINCIPAL in those brought against it,



## PORTUGUÊS

requerer, alegar, produzir provas, apresentar e retirar documentos; e praticar todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, nos termos do art. 105 do Código de Processo Civil e do art. 5º da Lei nº 8.906/1994.

### 4. PODERES ESPECIAIS

Confere, ainda, poderes especiais para: receber citação; confessar; reconhecer a procedência do pedido; transigir; desistir; renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação; receber e dar quitação, inclusive levantar valores e alvarás judiciais; firmar compromisso; e assinar declaração de hipossuficiência econômica, nos termos da parte final do art. 105 do Código de Processo Civil. **[Excluir os poderes que não se pretenda conferir.]**

### 5. FINALIDADE ESPECÍFICA (OPCIONAL)

Os poderes ora conferidos destinam-se, especialmente, a **[descrever o objeto, por exemplo: propor e acompanhar ação judicial em face de [NOME DA PARTE CONTRÁRIA], relativa a [descrição do contrato, processo ou fato]]**, sem prejuízo dos poderes gerais acima. **[Suprimir esta cláusula se não houver finalidade específica.]**

### 6. SUBSTABELECIMENTO

O(s) OUTORGADO(S) poderá(ão) substabelecer os poderes ora conferidos, no todo ou em parte, com ou sem reserva de iguais poderes.

### 7. ATUAÇÃO CONJUNTA OU ISOLADA

Havendo mais de um OUTORGADO, poderão atuar em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação.

### 8. PRAZO DE VALIDADE

Este mandato vigorará **[por prazo indeterminado, até sua revogação expressa] [ou: até [00/00/0000]] [ou: até o encerramento definitivo do(s) procedimento(s) indicado(s) na cláusula 5].**

### 9. RATIFICAÇÃO (OPCIONAL)

O(A) OUTORGANTE ratifica os atos eventualmente praticados pelo(s) OUTORGADO(S) em seu nome, relativos ao objeto deste instrumento, antes da

## ENGLISH

following them until final decision; to file appeals; to petition, argue, produce evidence, submit and withdraw documents; and to perform all other acts necessary for the faithful performance of this mandate, pursuant to article 105 of the Brazilian Code of Civil Procedure and article 5 of Law No. 8,906/1994.

### 4. SPECIAL POWERS

The PRINCIPAL further grants special powers to: accept service of process; confess; acknowledge the merits of the claim; settle; withdraw from proceedings; waive the right on which the claim is based; receive payments and grant release (acquittance), including the withdrawal of funds and court-ordered payment warrants (alvarás); enter into arbitration agreements; and sign a declaration of financial hardship for legal aid purposes, pursuant to the final part of article 105 of the Brazilian Code of Civil Procedure. **[Delete any powers not intended to be granted.]**

### 5. SPECIFIC PURPOSE (OPTIONAL)

The powers granted herein are intended, in particular, to **[describe the purpose, for example: file and pursue legal proceedings against [NAME OF OPPOSING PARTY] regarding [description of the contract, case or facts]]**, without prejudice to the general powers above. **[Delete this clause if there is no specific purpose.]**

### 6. SUBSTITUTION

The ATTORNEY(S)-IN-FACT may delegate (substitute) the powers granted herein, in whole or in part, with or without reservation of equal powers.

### 7. JOINT OR SEVERAL ACTION

Where more than one ATTORNEY-IN-FACT is appointed, they may act jointly or severally, regardless of the order of appointment.

### 8. TERM

This mandate shall remain in force **[for an indefinite term, until expressly revoked] [or: until [MM/DD/YYYY]] [or: until the final conclusion of the proceeding(s) indicated in clause 5].**

### 9. RATIFICATION (OPTIONAL)

The PRINCIPAL ratifies any acts performed on its behalf by the ATTORNEY(S)-IN-FACT, relating to the subject matter of this instrument, prior to the date

**PORTUGUÊS**

presente data, nos termos do parágrafo único do art. 662 do Código Civil.

**ENGLISH**

hereof, pursuant to the sole paragraph of article 662 of the Brazilian Civil Code.

**10. IDIOMA**

Este instrumento é firmado em versão bilíngue, português e inglês. Em caso de divergência entre as versões, prevalecerá a versão em língua portuguesa.

**10. LANGUAGE**

This instrument is executed in a bilingual version, Portuguese and English. In the event of any discrepancy between the versions, the Portuguese version shall prevail.

[Cidade] – [UF], [dia] de [mês] de [ano]. / [City] – [State], [Month] [day], [year].

[NOME COMPLETO DO OUTORGANTE / FULL NAME OF PRINCIPAL]

CPF/CNPJ nº [000.000.000-00]

[Se pessoa jurídica: nome e cargo do representante legal / If legal entity: name and title of legal representative]



## INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO / INSTRUCTIONS FOR USE

*Remova esta página antes da assinatura / Remove this page before signing*

### Português

- 1. Campos variáveis.** Substitua todos os textos entre colchetes e em destaque pelos dados reais e exclua as opções e cláusulas não utilizadas (por exemplo, a Opção B quando o outorgante for pessoa física). Nenhum colchete deve permanecer no documento assinado.
- 2. Requisitos do advogado.** A procuração deve conter o nome do advogado, o número de inscrição na OAB e o endereço completo. Se o advogado integrar sociedade de advogados, devem constar também o nome da sociedade, seu número de registro na OAB e o endereço completo (art. 105, §§ 2º e 3º, do CPC).
- 3. Poderes especiais.** Os poderes da cláusula 4 só existem se estiverem expressos. Mantenha apenas os que o cliente efetivamente pretende conferir, especialmente os de transigir, renunciar e receber e dar quitação.
- 4. Assinatura.** O documento pode ser assinado de próprio punho ou digitalmente, na forma da lei (art. 105, § 1º, do CPC). O reconhecimento de firma não é exigido para a atuação em juízo, mas pode ser solicitado por cartórios, bancos, seguradoras e órgãos públicos para atos extrajudiciais ou levantamento de valores.
- 5. Pessoa jurídica.** Confira, no contrato ou estatuto social atualizado, quem tem poderes para outorgar procuração e se a assinatura deve ser isolada ou conjunta. Anexe cópia do ato constitutivo e do documento de eleição ou nomeação do representante.
- 6. Uso fora do Brasil ou assinatura no exterior.** Documento brasileiro destinado a país signatário da Convenção da Apostila deve ser apostilado em cartório (Decreto nº 8.660/2016). Documento assinado no exterior para uso no Brasil deve ser apostilado no país de origem ou, se esse país não for signatário, legalizado na repartição consular brasileira. Verifique a exigência de tradução juramentada no país de destino.
- 7. Aviso.** Este modelo tem caráter meramente informativo e não substitui a análise de um advogado sobre as particularidades de cada caso.

### English

- 1. Variable fields.** Replace all highlighted text in brackets with the actual information and delete unused options and clauses (for example, Option B when the principal is an individual). No brackets should remain in the signed document.
- 2. Attorney requirements.** Under Brazilian law, the power of attorney must state the attorney's name, OAB registration number and full address. If the attorney is a member of a law firm, the firm's name, OAB registration number and full address must also be included (article 105, paragraphs 2 and 3, Brazilian Code of Civil Procedure).
- 3. Special powers.** The powers in clause 4 are only valid if expressly granted. Keep only those the client actually intends to grant, especially the powers to settle, waive rights and give release.
- 4. Signature.** The document may be signed by hand or digitally, as provided by law (article 105, paragraph 1, Brazilian Code of Civil Procedure). Notarization of the signature is not required for court representation, but may be requested by notary offices, banks, insurers and public bodies for out-of-court acts or withdrawal of funds.
- 5. Legal entities.** Check the current articles of association or bylaws to confirm who is authorized to grant powers of attorney and whether signatures must be individual or joint. Attach a copy of the corporate documents and of the representative's appointment.
- 6. Use abroad or signature outside Brazil.** Brazilian documents intended for use in countries party to the Apostille Convention must be apostilled at a Brazilian notary office (Decree No. 8,660/2016). Documents signed abroad for use in Brazil must be apostilled in the country of origin or, if that country is not a party to the Convention, legalized at the Brazilian consulate. Check whether a sworn translation is required in the country of destination.
- 7. Disclaimer.** This template is provided for information purposes only and does not replace legal advice on the specific circumstances of each case.